

EDUCAÇÃO INCLUSIVA X EDUCAÇÃO BILÍNGUE: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE SABER E PODER NA PERSPECTIVA FOUCAULTIANA

INCLUSIVE EDUCATION X BILINGUAL EDUCATION: AN ANALYSIS OF KNOWLEDGE AND POWER RELATIONS FROM THE FOUCAULTIAN PERSPECTIVE

Augusto Carlos Azeredo ¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Geceilma Oliveira Pedrosa ²

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as estratégias discursivas presentes no discurso educacional da inclusão sobre o sujeito surdo, problematizando, sobretudo, as condições históricas que possibilitaram a emergência de tais enunciados em articulação com os jogos de saber e poder. Pretendemos mostrar também como o discurso educacional bilíngue emerge reconfigurando a posição sujeito dos surdos enquanto protagonistas de sua própria história. Destaco a existência de distintos discursos sobre a educação de surdos, como por exemplo, propostas de organização e distribuição dos sujeitos surdos em tempos e espaços escolares na atualidade. Assim, esta pesquisa se fundamenta no escopo dos estudos discursivos foucaultiano, na perspectiva arqueogenealógica. Para a constituição do arquivo deste estudo, delimitamos a coleta do corpus através de recortes enunciativos produzidos em vídeo de uma Audiência Pública no Senado Federal, do canal Feneis no Youtube, de um lado uma professora surda defende a proposta do ensino bilíngue e de outro uma professora ouvinte que defende a educação inclusiva. Os resultados obtidos demonstram que a educação bilíngue é considerada pelos surdos como a mais adequada no desenvolvimento e na aquisição da língua de sinais. Além disso, podemos observar nas análises como as relações de poder se cristalizam e estão intrinsecamente relacionadas com um determinado saber enquanto dispositivo de controle sobre os corpos dos sujeitos surdos, sejam eles o saber médico ou o saber educacional, sobretudo as propostas inclusivistas que retomam a ideia do oralismo e tentam “normalizar” os surdos na tentativa de corrigir o incorrigível. Entretanto, com o reconhecimento da Libras enquanto língua em 2002, os

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Email: augustoazeredo@letras.ufrj.br

² Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é professora da Universidade Federal de Roraima - UFRR. Email: ilma.librasbv@gmail.com

surdos assumiram um lugar de empoderamento e agora reconfiguram suas posições-sujeito na sociedade.

Palavras-chave: Discursos inclusivistas; Educação Bilíngue de Surdos; Saber e Poder.

Abstract: This paper aims to analyze the discursive strategies present in the educational discourse of inclusion regarding the deaf subject, problematizing, above all, the historical conditions that enabled the emergence of such statements in conjunction with the games of knowledge and power. We also intend to show how the bilingual educational discourse emerges by reconfiguring the subject position of the deaf as protagonists of their own history. I highlight the existence of different discourses on the education of the deaf, such as proposals for the organization and distribution of deaf subjects in times and spaces of schools today. Thus, this research is based on the scope of Foucaultian discursive studies, from the archeogenealogical perspective. To constitute the archive of this study, we delimited the collection of the corpus through enunciative excerpts produced in video at a Public Hearing in the Federal Senate, from the Feneis channel on Youtube, on one side a deaf teacher defends the proposal of bilingual education and on the other a hearing teacher who defends inclusive education. The results obtained demonstrate that bilingual education is considered by deaf people as the most appropriate for the development and acquisition of sign language. Furthermore, we can observe in the analyses how power relations crystallize and are intrinsically related to a certain knowledge as a device for controlling the bodies of deaf subjects, be it medical knowledge or educational knowledge, especially the inclusivist proposals that return to the idea of oralism and attempt to “normalize” the deaf in an attempt to correct the incorrigible. However, with the recognition of Libras as a language in 2002, deaf people assumed a place of empowerment and are now reconfiguring their subject positions in society.

Keywords: Inclusivist discourses; Bilingual Education for the Deaf; Knowledge and Power.

Submetido em 16 de setembro de 2024.

Aprovado em 21 de outubro de 2024.

Introdução

A análise do discurso teve seu início na França por volta da década de 60 com o pioneirismo de Michel Pêcheux. Ela é considerada como uma disciplina de entremeio por que emergiu a partir das interrogações feitas por Pêcheux a três grandes áreas do conhecimento: o materialismo histórico, a psicanálise e o estruturalismo.

Suas contribuições no campo da AD, oportunizou que outros pesquisadores também se destacassem, como Pierre Achard, Deleuze, Authier-Revuz, Michel Foucault entre outros.

Entretanto, optamos por utilizar a teoria foucaultiana em detrimento das relações de saber e poder enquanto práticas indissociáveis e por incidirem diretamente nos diferentes modos de subjetivação dos sujeitos surdos (FOUCAULT, 2006).

E além disso, nos interessa dialogar com a abordagem supracitada por que pretendemos abordar sobre as diferentes filosofias educacionais impostas ao povo surdo, passando pela oralização, comunicação total, educação inclusiva e a educação bilingue. Este último, tem sido defendido pelos surdos que acreditam que a educação bilingue é a que melhor atende as expectativas educacionais dos surdos.

Este trabalho teve como objetivo geral: empreender um percurso histórico acerca da história da surdez, buscando compreender como os surdos foram subjetivados em diferentes posições sujeito ao longo dos anos e por fim, analisamos por meio de recortes enunciativos como as relações de saber e poder se fazem presentes no discurso inclusivista e como os surdos se subjetivam e se colocam como os únicos protagonistas de sua história em defesa de uma escola bilingue.

A educação bilingue, nos interessa em particular devido a metodologia utilizada em sala de aula que visa e valoriza a Libras como principal língua de instrução e a língua portuguesa como segunda língua. Ainda se utiliza do recurso visual, contação de histórias em Libras, literatura surda, piada surda, fazendo com que o surdo desde a mais tenra idade desenvolva a sua identidade visual e conheça a sua própria cultura.

Ao longo dos anos prescrutando no caminho da educação de surdos, segundo Rezende-Curione (2022), o bilinguismo é uma contribuição advinda das concepções garantidas pela Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5626/05 que regulamentou a Lei de Libras, assim como também a Lei nº 14.191/21 que versa sobre o bilinguismo inserida na LDB.

Em contrapartida, a proposta da educação inclusiva que máscara suas reais intenções em relação a educação de surdos, utiliza-se da prática do oralismo (treino e uso da fala), que hora usa os intérpretes de Libras como único recurso inclusivo e hora ficam desassistidos em relação a presença desses intérpretes nos espaços educacionais, mostrando seu fracasso diante da educação de surdos quando os enxergam a partir da perspectiva de anormalidade, sujeitos que precisam ser corrigidos com base na visão ouvintista (Skliar, 1998).

Assim, esta pesquisa está dividida da seguinte forma: história da surdez e os diferentes modos de subjetivação, educação de surdos: um longo caminho a percorrer, as filosofias educacionais oralistas aplicadas na educação de surdos, e por fim análise e discussões.

Para análise utilizamos recortes enunciativos, retirados do canal Feneis no *Youtube*, referente a Audiência Pública ocorrida no Senado Federal. Nas análises os sujeitos foram identificados como PS (pessoa surda) e PO (pessoa ouvinte).

2 História da Surdez e os diferentes modos de subjetivação

Iniciamos este capítulo empreendendo um percurso histórico sobre a surdez, analisando como o sujeito surdo foi constituído historicamente pelas práticas discursivas, produzindo diferentes modos de subjetivação ao longo das eras em articulação com os jogos de saber e poder.

A esse respeito, em seu livro *História da Loucura*, Foucault (1972), busca entender a constituição do sujeito considerado louco e de todas as suas figuras em seus efeitos subjetivos em um determinado contexto histórico. Para Foucault (1972, p. 89):

[...] a internação é uma criação institucional própria ao século XVII. Ela assumiu, desde o início, uma amplitude que não lhe permite uma comparação com a prisão tal como esta era praticada na Idade Média. [...] Nasceu uma sensibilidade, que traçou uma linha, determinou um limiar, e que procede a uma escolha, a fim de banir.

Por conseguinte, lugares como Hospitais Gerais, vistos como lugares de “caridade”, implicaram em novas maneiras de ver a loucura, uma vez que todo indivíduo considerado “disforme” pelas diferentes lentes de percepção, eram agrupados e subjetivados a partir da categoria de sujeito louco.

Nesse sentido, em paralelo à história da loucura podemos dizer que as percepções que se desenvolveram sobre a surdez no século XVIII, se fazia de diferentes modos no Egito antigo, na Grécia, na Idade Média, no modernismo e na atualidade.

Por exemplo, no Egito antigo sob a forma de transcendências imaginárias e mitológicas, os surdos eram considerados como seres privilegiados, uma espécie de porta-voz entre os deuses e os faraós, uma vez que “[...] pelo fato de os surdos não falarem e

viverem em silêncio, eles achavam que os sujeitos surdos conversavam em segredo com os deuses numa espécie de meditação espiritual” (STROBEL, 2008, p. 82).

Já em Atenas, os espartanos dedicavam-se totalmente ao militarismo desenvolvendo desde cedo habilidades de luta e guerra bastante estratégicas, por esta razão desenvolviam a consciência da cultura estética do corpo perfeito. Em outros termos, a constituição do sujeito ateniense, estava condicionada “às possibilidades dadas de organização de uma consciência de si”, de governar a si mesmo, produzindo formas de subjetividade (FOUCAULT, 2004, p. 262).

Sob esse aspecto, a possibilidade de uma reforma de si aos sujeitos surdos que viviam em uma perspectiva divergente dos padrões de valores estéticos da época, era praticamente nula:

[...] depois que a criança nascia, o pai não mais era dono dela para educá-la à vontade, mas a levava para certo lugar a ele deputado que se chamava *Lesche*, onde os mais antigos de sua linhagem residiam. Visitavam eles a criança e, se a achavam bela, bem formada de membros e robusta, ordenavam que fosse educada, destinando-lhe nove mil partes das heranças para sua educação; mas, se lhes parecia feia, **disforme ou franzina, mandavam atirá-la num precipício** (PLUTARCO, 1985, p. 01 – grifo nosso).

A esse respeito, Strobel (2008) afirma que essa era uma prática muito comum na civilização grega, devido ao costume da época, com os surdos não foi diferente. Eles eram condenados “à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de *Taygète*, nas águas de *Barathere*” ou eram obrigados a viver miseravelmente como escravos ou isolados” (STROBEL, 2008, p. 59).

Já os romanos, ancorados nos rigorosos preceitos morais do código Justiniano consideravam a ausência da fala como um impedimento legal para exercer a cidadania, por isso os surdos eram impossibilitados de elaborar testamentos, celebrar contratos e administrar suas propriedades ou reclamar heranças, exceto se fossem alfabetizados (CARVALHO, 2007).

Entretanto, na década de 1960, o linguista americano William Stokoe revolucionou a área da linguística quando analisou e descreveu a Língua de Sinais Americana (ASL) conferido o seu *status* de língua (FRYDRYCH, 2013). Esse grande feito oportunizou que outras línguas de sinais em todo o mundo também tivessem o seu reconhecimento

linguístico, no Brasil a Libras teve o seu reconhecimento linguístico em 2002, por meio da Lei nº 10.436.

O movimento realizado por Stokoe e as novas interrogações que surgiram de súbito no âmbito das ciências humanas foram decisivos para subverter a visão sobre a surdez, trazendo como consequência o sujeito surdo para o centro de um novo cenário, sobretudo na educação de surdos, conforme veremos a seguir.

2.1 Educação de Surdos: Um longo caminho a percorrer

No que se refere à educação de surdos, até o Renascimento, os surdos eram tratados como pessoas menos dignas e sob a influência dos discursos de Aristóteles e St. Agostinho que acreditavam que os surdos eram incapazes de serem ensinados, uma vez que a surdez surge nesse período como um problema médico e social. Além disso, a fala era considerada um dom de Deus, por esta razão acreditava-se que a criança surda era privada da fala pela vontade de Deus.

Somente a igreja era o intermediário entre Deus e os homens. Assim ficou claramente definida a posição da surdez, bem como a questão da “reabilitação” como deficiência. A surdez era então considerada uma deficiência tão grave que não havia chance de minimizar a condição dos surdos (CARVALHO, 2007).

Tanto filósofos quanto professores medievais comungavam da ideia de que os surdos eram parte do propósito de Deus e ao mesmo tempo acreditavam que suas almas não podiam encontrar a salvação, porque não eram capazes de se confessar:

[...] aos surdos eram proibidos de receberem a comunhão porque eram incapazes de confessar seus pecados, também haviam decretos bíblicos contra o casamento de duas pessoas surdas só sendo permitido aqueles que recebiam favor do Papa (STROBEL, 2009, p. 19).

Em detrimento disso, na Itália, os monges beneditinos “empregavam uma forma secreta de sinais para se comunicar entre si, a fim de não violar o rígido voto de silêncio” (STROBEL, 2009, p. 19). Esses sistemas de sinais não foram criados especificamente para os surdos, foram desenvolvidos por várias ordens de monges com o propósito de comunicação durante o voto de silêncio, quando não era permitido falar (BRANSON; MILLER, 2002, p. 68).

Os mosteiros também produziram os primeiros professores que ensinaram por meio da língua de sinais. Esses professores se dedicavam não apenas a ensinar leitura e escrita, mas também ensinavam seus alunos a falar:

Girolamo Cardano (1501-1576) era médico filósofo que reconhecia a habilidade do surdo para a razão, afirmava que “a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita... e que era um crime não instruir um surdo-mudo.” Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos (STROBEL, 2009, p. 19).

O Renascimento, não obstante, propiciou condições para uma mudança de tal envergadura que deslocou o teocentrismo instaurando em seu lugar o antropocentrismo, ruptura que possibilitou o surgimento de uma nova conjuntura capaz de alterar as concepções de mundo, de Deus e do próprio homem. Como esperado, influenciou o pensamento de muitos na época em relação à surdez.

Ensinar crianças surdas a falar tornou-se uma das novas conquistas filosóficas, e foi um domínio onde os especialistas de toda a Europa puderam provar que é possível mudar o curso do destino humano. Embora tenha existido algumas tentativas isoladas de treinamento da fala aos surdos no passado, somente a partir do Renascimento iniciou-se um trabalho sistemático na educação de surdos:

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), na Espanha, estabeleceu a primeira escola para surdos em um mosteiro de Valladolid, inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis (STROBEL, 2009, p. 19).

Acredita-se que o monge beneditino Pedro Ponce de León tenha sido o primeiro professor de surdos a utilizar em seu trabalho o alfabeto manual. Ponce de León também se comunicava com seus alunos por meio de gestos, considerando que os monges de sua ordem monástica ainda estavam sob estrito voto de silêncio.

Mas, foi Juan Pablo Bonet professor de espanhol, que publicou o primeiro livro totalmente dedicado à educação de surdos, intitulado *Redução das Letras e Arte de Ensinar a Falar os Mudos*. Além disso, Bonet foi o primeiro a insistir na diferença entre sons audíveis e inaudíveis. Ele acreditava que o estudo da leitura e da ortografia era totalmente justificável e que se uma criança souber articular cada letra e anexá-la à produção do som, conseguiria ler em voz alta em muito pouco tempo, embora isso não signifique que necessariamente entenderia tudo o que lesse (STROBEL, 2009).

No século XVIII, Carlos Michel de l'Épée tornava-se a figura principal e responsável pela educação de surdos que, a princípio, privilegiou somente um grupo restrito de surdos cuja família possuíam bens aquisitivos dos quais só poderiam ter direito a herança se soubessem ler e escrever. Para alcançar os seus objetivos, l'Épée fundou a primeira escola pública de surdos, denominada Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris (SOUZA, 1998).

l'Épée defendia o uso da técnica de sinais metódicos como o mais apropriado para a educação de surdos. Essa técnica consistia na apropriação da língua de sinais modificada de forma que pudesse representar mais fielmente a estrutura da língua francesa escrita (STROBEL, 2009).

Já Samuel Heinicke surge como um dos precursores do método oralista de ensino, posteriormente institucionalizado no que veio a ser conhecido como a Escola Alemã de Educação de Surdos (LANE, 1992).

Aliás, foi em grande parte por meio de Heinicke que a pedagogia oralista se consolidou na Europa quando se reformou a educação de surdos ao longo dos séculos XIX e XX. Para Heinicke, o privilégio da voz e da experiência auditiva tem seu reverso na inferioridade da visão e da experiência visual.

Contudo, após um século, as instituições europeias continuavam se dedicando à educação de surdos experimentando práticas diversas, e, num ímpeto de homogeneizar ações, professores de surdos passaram a discutir o método da oralização.

2.2 Filosofias Educacionais para os Surdos: Um documento em vários monumentos

Abordar sobre como ocorreu o processo de educação de surdos, principalmente a partir do Congresso Internacional de Educação dos Surdos (o Congresso de Milão), requer que façamos o percurso pelo viés genealógico, esquivando-nos ao máximo de recair no método da história tradicional que Foucault comumente censurava, por se dispor a 'memorizar' os monumentos do passado, transformando-os em documentos (FOUCAULT, 2008, p. 8).

Destarte, o século XIX ficou marcado por práticas eugenistas que detinham uma certa preocupação com o aumento populacional que não correspondiam aos padrões mentais e físicos de normalidade, sobretudo, essa preocupação, principalmente por parte

de Graham Bell, se estendia as pessoas que biologicamente nasciam surdas e tinha como intuito erradicar essa parcela da população que vinha crescendo vertiginosamente na Europa ocidental:

[...] desejo atenção direta ao fato de que neste país surdos-mudos casam-se entre si. Se as leis da hereditariedade que se sabe valerem para os animais também se aplicarem ao homem, os casamentos mistos de bebês prematuros congênitos através de várias gerações sucessivas devem resultar na formação de uma população surda da raça humana (BELL, 1983, p. 4 – Tradução nossa).

Dessa maneira, o corpo tomado como objeto onde se cristalizam os poderes e saberes, tornou-se campo de articulações estratégicas durante todo o período:

[...] pessoas que padeçam de um defeito hereditário qualquer: deformidade, cegueira, surdez. Muitas dessas deformidades desapareceriam no futuro se as pessoas que atualmente as padecem recusarem-se a formar famílias. Também algumas formas de loucura, apesar de que não duvidamos de que, na maioria das vezes, quando um sujeito se torna louco, é porque tinha pré-disposições ancestrais para essa enfermidade (DARWIN, 1930, p. 81).

O período compreendido entre os séculos XVIII e XIX, segundo Benvenuto (2006), a relação de interdependência entre linguagem e humanidade, concomitante ao não reconhecimento das línguas de sinais, levou os surdos a serem identificados como indivíduos que não possuíam linguagem e a consequente associação da surdez à animalidade e anormalidade.

Assim, no campo da medicina, uma das primeiras tentativas eugenistas teve o pioneirismo do médico Jean Gaspar Itard que se dedicava a encontrar a cura da surdez. Itard fez diversas experiências desde aplicar eletricidade nos ouvidos de surdos ou sanguessugas no pescoço, inserir líquidos na trompa de eustáquio, gotejar remédio nos ouvidos, fraturar ossos do crânio próximos ao ouvido causando por vezes infecções, ferimentos, até a morte de surdos, chegando à conclusão de que a medicina não conseguiria agir sobre algo morto, portanto, o ouvido de um surdo estaria morto (REZENDE, 2010).

Ainda, de acordo com Rezende:

O que impressiona é que, no fim do século XIX, produziram-se escritos sobre a erradicação total da surdez, um movimento eugênico que visava à melhoria da raça e à eliminação da comunidade surda por meio do processo seletivo. Ou seja, as pessoas surdas que tinham a genética surda, com os familiares também surdos, eram desencorajadas a se reproduzirem. E o maior responsável e precursor deste movimento foi Alexander Graham Bell, que se engajou no movimento da eugenia em 1880, logo após o Congresso de Milão. Passamos da teoria da eugenia à teoria de

degenerescência, com a execução de experiências controversas como anular a surdez hereditária; da teoria atual, que é a da biotecnologia, com a colocação de implantes cocleares a uma educação reabilitadora e normalizadora dos corpos surdos (REZENDE, 2010, p. 47).

Bell, acreditava que o casamento entre surdos se configurava como uma “[...] probabilidade assustadora de que a procriação de surdos, resultante de casamento entre surdos, continuará no futuro” (BELL, 1883, p. 19).

Assim, com o processo de classificação baseado em um padrão ideal de raça superior adotado por uma sociedade, emerge os sujeitos a corrigir, reabilitar ou tratar, tornando-se alvo de atenção de diversos dispositivos institucionais (escolas, hospitais, igrejas) da sociedade da época. A educação seria um fator de grande importância, pois a escola sendo um local de normalização, cimentaria as práticas eugenistas (Foucault, 1987).

Os procedimentos da busca pela oralização do surdo fazem parte do que Skliar (1998) denominou de ouvintismo:

[...] as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos – e o oralismo – a forma institucionalizada do ouvintismo – continuam sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos em diferentes partes do mundo. Trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte, percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais (SKLIAR, 1998, p. 15).

Essa era a busca da maioria dos congressistas em Milão (1880) os quais, por este motivo, investiram na formulação de determinações para aperfeiçoar uma educação de surdos com base na oralização pura, onde os sinais eram proibidos na intenção de ensinar o surdo a ter ações que se aproximassem ao máximo das atitudes dos ouvintes com a voz o mais natural possível e sem utilizar-se de sinais para comunicação (Atas, 2011).

Segundo Gesser (2012), muitos surdos educados nessa abordagem relatam que durante a experiência escolar tinham suas mãos amarradas, como forma de impedi-los de se comunicarem pela língua de sinais. No Brasil não foi diferente, diversas escolas de surdos adotaram o método oralista, o Congresso de Milão foi um fracasso na educação de surdos, sendo lembrado como algo que teve um grande impacto na vida negativo provocando um “rombo que ocasionou uma queda na educação de surdos” e agora os povos surdos estão criando forças e ânimo para levantarem-se e lutarem pelos seus direitos à educação” (STROBEL, 2009, p. 33, 38).

Dessa maneira, compreendemos que há uma memória coletiva ou como afirma Pêcheux (1999, p. 50) uma memória que evoca “sentidos entrecruzados” uma espécie de “memória social inscrita em práticas.

São especificamente as práticas discursivas de pessoas ouvintes que construíram em torno da educação de surdos que faz com os mesmos reivindiquem seu lugar de fala e protagonismo nessas ações.

Não obstante, quando retomamos as diferentes fases da educação de surdos, nos deparamos com a metodologia aplicada em meados de 1968, trata-se da comunicação total que surge como filosofia educacional utilizando todas as formas possíveis de comunicação como a língua de sinais, a leitura orofacial e a oralização, acreditando que toda forma de comunicação deva ser privilegiada. No Brasil, segundo Goldfield (1997), somente no final da década de 70 o método da comunicação total passa a ser utilizada nas escolas.

Na década de 90, a Declaração de Salamanca (1994) e a LDB (1996) constituíram-se no marco inicial da implementação da educação inclusiva que pressupõe:

[...] a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, são implementados diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos com deficiência visando a complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular (BRASIL, 2007, p. 5).

Nessa modalidade, os surdos são inseridos em uma escola regular de ensino onde se prioriza o uso da língua portuguesa com a inserção do intérprete de Libras como mediador na comunicação com as pessoas ouvintes. Entretanto, esse modelo também tem mostrado o seu fracasso na educação de surdos quando acreditam que somente o intérprete é o único instrumento inclusivo no processo de ensino aprendizagem.

Por outro lado, a abordagem educacional por meio do bilinguismo (Lei nº 14.191/2021) visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, tendo a língua de sinais como prioridade no espaço educacional e a língua portuguesa como segunda língua.

Além disso, é um espaço que propicia a construção de conhecimento e construção da identidade Surda:

“[...] as escolas bilíngues de surdos não são segregadas, não são segregadoras e nem segregacionistas como tem alardeado tanto o Ministério da Educação. Pelo contrário, são espaços de construção do conhecimento para o cumprimento do papel social de tornar os alunos cidadãos verdadeiros, conhecedores e cumpridores dos seus deveres e defensores dos seus direitos, o que, em síntese, leva à verdadeira inclusão (CAMPELLO, 2014, p. 89).

Assim, as filosofias educacionais até então aplicadas, trouxe prejuízos linguísticos e sociais ao povo surdo. Por isso, pensar na abordagem bilíngue na/para educação de surdos significa não somente valorizar a língua de sinais, mas oportunizar que os surdos se tornem protagonistas de sua própria história.

3 Metodologia

Esta pesquisa se fundamenta no escopo dos estudos discursivos foucaultiano, numa perspectiva arqueogenealógica. Ainda utilizamos o método netnográfico, numa abordagem qualitativa por acreditarmos que ele proporciona um leque de possibilidades de exploração e coletas de dados por meio do ambiente virtual (KOZINETS, 2010).

Para a constituição do arquivo deste breve estudo, delimitamos a coleta do corpus através de recortes enunciativos, retirados do canal Feneis no *Youtube*, referente a Audiência Pública ocorrida no Senado Federal. Nas análises os sujeitos foram identificados como PS (pessoa surda) e PO (pessoa ouvinte).

4 Gesto analítico

Pelo viés da análise de discurso foucaultiana, apresentaremos a seguir os discursos em torno da educação de surdos bem como os diferentes modos de subjetivação desses sujeitos. Mas, antes de iniciar nossa análise, gostaria de ponderar sobre a seguinte citação:

[...] o ativismo das Comunidades Surdas luta por espaços escolares com real aprendizado e que possam constituir comunidades linguísticas para as crianças surdas e, por outro, os inclusivistas infamemente dizem que as escolas bilíngues de surdos constituem comunidades segregadas (REZENDE-CURIONE, 2022, p. 102).

A análise de uma prática discursiva inclusivista tem como perspectiva inserir o aluno surdo em uma escola regular de ensino, utilizando a língua portuguesa como

principal língua de instrução e concebendo o intérprete meramente como a única ferramenta de inclusão.

Assim sendo, analisaremos uma discussão solene em audiência pública no plenário do Senado Federal, cuja discussão girava em torno de metodologias usadas na educação de surdos, de um lado a metodologia inclusivista defendida pela maioria de pessoas ouvintes e a metodologia da educação bilingue defendida por surdos.

A seguir, apresentamos alguns recortes enunciativos para fins de análise:

"Se essa casa tem dificuldade de colocar o intérprete, de barrar a entrada de pessoas com deficiência e colocar acessibilidade por falta de convivência com essas pessoas que tem deficiência..." Excerto 1 (P. O).

É um tipo de discurso que faz com que as pessoas enxerguem os surdos na perspectiva da falta, da perda. Tais são os saberes que configuram, segundo o nosso gesto de interpretação, uma formação discursiva específica, por nós designada como formação discursiva ouvintista, que coloca a surdez em oposição ao que é considerado "saudável", uma oposição binária de normalidade/anormalidade, possibilitando que os sujeitos reproduzam seus saberes através de práticas por vezes opressoras e segregadoras.

Este campo do saber (saber educacional), conforme preconiza Foucault (2017) cria, portanto, diferentes formas de enxergar o sujeito a "ser corrigido". Em outros termos, a proposta da educação inclusiva não vê o sujeito surdo, mas efetivamente o sujeito deficiente auditivo, retomado outros dizeres, que reaparecem em formações discursivas:

O Ministério da Educação desenvolve a política de educação inclusiva que pressupõe a transformação do Ensino Regular e da Educação Especial e, nesta perspectiva, são implementados diretrizes e ações que reorganizam os serviços de Atendimento Educacional Especializado oferecidos aos alunos com deficiência visando a complementação da sua formação e não mais a substituição do ensino regular (MEC - Atendimento Educacional Especializado, 2007).

Antes de continuarmos com nossa análise, gostaríamos de esclarecer que ao tentar dissociar os surdos da construção social de 'deficiência', não pretendemos de forma alguma impor qualquer status superior ou inferior entre os surdos e as pessoas com deficiência, mas é a partir da premissa de igual, mas diferente que muitos surdos hoje, rejeitam o rótulo de deficientes em favor da construção e emancipação enquanto minoria cultural e linguística (LADD, 2003).

Tal composição da formação discursiva cujo funcionamento foi apreendido do processo analítico é, então, fundamental para o gesto de interpretação que se desenvolverá a seguir:

“Tem pais e alunos que optam pela oralização e na educação inclusiva a oralização também é um meio de comunicação” Excerto 2 (P.O.).

Conforme mencionado no início desta pesquisa, o método da oralização impactou negativamente na educação de surdos, refletindo no seu convívio em sociedade. Esse tipo de concepção acerca da surdez imposta pelo oralismo, enquadra-se em um modelo clínico-terapêutico, cuja visão está estritamente ligada à patologia, traduzindo-se educativamente em estratégias corretivas e reparadoras (SKLIAR, 1998).

Por outro lado, P.S, apresenta a proposta da educação bilíngue como a mais adequada para a educação de surdos. Entretanto, em resposta ao discurso inclusivista a respeito do prêmio que uma creche inclusiva em Florianópolis recebeu por ter uma criança surda de 2 anos na escola, P.S, faz a seguinte refutação:

“[...] cheguei na creche municipal de Florianópolis e vi que aquela criança estava perdida naquele espaço, pois todo mundo estava falando e a criança sem ouvir nada obviamente olhando para as bocas se mexendo” Excerto 3 (P.S).

O enunciado “todo mundo estava falando e a criança sem ouvir nada obviamente olhando para as bocas se mexendo” reflete a realidade de muitos surdos inseridos em escolas inclusivas, que embora não escutem, precisam ajustar seus corpos aos moldes do poder ouvintista opressor.

E o excerto a seguir, mostra como P.S enxerga a partir da visão do próprio sujeito surdo, o ambiente ideal para o desenvolvimento da aquisição de linguagem da criança surda:

“[...] procurei onde estava o professor surdo que estaria ensinando Libras e tinha um professor ouvinte que não sabia Libras e ensinava sinais soltos, não contava histórias, não contava piadas, não tinha um ambiente de surdos sinalizando para que a criança internalizasse, igualmente como com a criança ouvinte em ambiente de conversas” Excerto 4 (P.S).

Para P.S um professor surdo contribui significativamente para a aprendizagem da criança surda, pela viabilização do ensino por meio da Libras, contação de histórias e piadas em Libras oportunizando que a criança desde cedo se insira na cultura surda por meio dos diferentes artefatos culturais e desenvolva uma identidade que se distancie ao máximo da cultura ouvinte:

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à ouvinte (PERLIN, 1998, p. 56).

E por fim, P. S questiona aos que representavam naquela ocasião o MEC, sobre quem indicou presença de P.O na audiência pública:

“Após, minha pergunta para os senhores quem indicou presença da professora R. M.? Foi o MEC?” Excerto 5 P.S.

Em resposta, a mesa informa que foi a Federação Brasileira de síndrome de *down*. Denotando que P.O não possui o mínimo conhecimento da Libras, da cultura e identidade do povo surdo, mas ainda assim, decide sobre o que é ideal para a educação de surdos, numa demonstração de que a cultura surda se encontra em condição subalterna:

Para muitos ouvintes que trabalham com surdos, a existência da comunidade e da cultura surda constitui tanto um problema de representações pessoais quanto de experiências e oportunidades de “liberdade”. Problema de representações porque se acha que não há nada fora de seu normal, de sua própria auto-referência cultural; nesse plano, a cultura surda seria um desvio, uma anomalia, o espaço limitado onde se produzem atividades irrelevantes (SKLIAR, 1998, p. 28).

Além disso, por meio da língua de sinais, os surdos estão cada vez mais engajados e lutam pelos seus direitos, inclusive linguísticos. E como a língua é um lugar que instaura poderes, podemos dizer que o indivíduo surdo se constituiu em sujeito por meio da Libras.

E é por meio dela que os surdos se subjetivam a partir da perspectiva socioantropológica, onde a surdez não é vista de forma negativa e ao mesmo tempo se posicionam como protagonistas de sua própria história.

Considerações Finais

Em conclusão, os dados analisados nesta pesquisa em batimento com a teoria foucaultiana, compreendemos como as relações de saber e poder estão articulados com a formas de subjetivação dos surdos.

No discurso inclusivista, os mecanismos saber/poder, exercidos pela ideologia dominante na educação dos surdos - o oralismo continua sendo, ainda hoje, discursos hegemônicos que visam corrigir e compensar a falta da audição com o treino da fala.

Já o bilinguismo envolve aspectos relativos à identidade do surdo como eixo fundamental, à criação de condições educacionais e linguísticas “apropriadas para o

desenvolvimento bilíngue, à difusão da língua de sinais além das fronteiras da escola” (Sá, 1998, p. 186). Por isso é a perspectiva que mais atende as necessidades dos surdos.

Além disso, o discurso do bilinguismo põe em evidência o surgimento de um novo sujeito, do que é capaz de fazer suas próprias escolhas provocando uma a colisão com o discurso ouvintista.

Essa resistência surda é uma força contra o poder ouvinte de ideologia dominante ouvintista. Em Foucault (1990) há uma descrição desse poder:

[...] Poder é gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações para que seja possível e viável utilizá-los ao máximo, aproveitando ao máximo suas potencialidades e utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e constituído de suas capacidades (FOUCAULT, 1990, p. 24).

Ademais para Foucault, o poder não se toma, mas é algo que se exerce, atravessa e transita entre os sujeitos de forma sutil, está por toda a sociedade:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer a sua ação (...) O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é um centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (FOUCAULT, 2006, p. 183).

Assim, os surdos se inscrevem em uma subjetividade onde são os protagonistas de sua própria história e se enxergam a partir da perspectiva socioantropológica, de forma positiva. O discurso surdo sobre o bilinguismo mostra-se como uma força que atravessa todas as relações sociais e que é constantemente exercida e resistida pelo povo surdo: "Nós somos a ciência! E, acima de tudo, somos surdos, sujeitos de nossas próprias histórias” (REZENDE-CURIONE, 2022).

Referências

Branson, J., & Miller, D. (2002). *Damned for Their Difference: The Cultural Construction of Deaf People as “Disabled”: A Sociological History*. Washington DC: Gallaudet University Press.

BRASIL. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. In: *Diário Oficial da União*, n. 79, Seção 1, de 25/4/2002.

_____. Decreto no 5.626/05. Regulamenta a Lei no 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). 2005.

_____. Lei Federal nº 14.191, de 03 de agosto de 2021, que altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos, 2021.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Educar em Revista, Curitiba. Edição Especial n. 2/2014, p. 71-92. Editora UFPR.

EAGLETON, Terry. Teoria da Literatura: uma introdução. Tradução Waltensir Dutra. 5ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. Microfísica do Poder. São Paulo. Graal, 2006.

_____. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

_____. História da loucura: na Idade clássica. Trad.: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva: 2017.

FRYDRYCH, Laura Amaral Kümmel. O estatuto linguístico da língua de sinais: a Libras sob a ótica Saussuriana. Porto Alegre, 2013.

GESSER, Audrey. O ouvinte e a surdez: sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola, 2012.

KOZINETS, R. V. Netnography: doing ethnographic research online. Sage Publications, 2010.

LANE, Harlan. A máscara da Benevolência: A comunidade surda amordaçada. Tradução: Cristina Reis. Coleção: Horizontes pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget - divisão editorial, 1992.

PÊCHEUX, Michel. O Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. Papel da Memória (NUNES, J.H. Trad e Intrad). Campinas, Pontes, 1999.

PIERRE, Achard. et al. Papel da memória. tradução e introdução José Horta Nunes - Campinas, SP: Pontes, 1999.

PLUTARCO. Obras morales y de costumbres: Moralia I. Madrid: Gredos, 1985.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos [tese], Florianópolis, 2010.

RESENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira. Escola Bilíngue de Surdos: Comunidade Linguística ou Comunidade Segregada?. Rio de Janeiro. Revista Espaço, INES, n. 57, jan-jun de 2022.

SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? linguística, educação e surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SKLIAR, Carlos (org.). A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____. L. História da Educação de surdos. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.